



EccoS Revista Científica

ISSN: 1517-1949

eccos@uninove.br

Universidade Nove de Julho

Brasil

Carvalho Abões Vercelli, Ligia de
Responsabilidade Social e Universidade: uma ação necessária
EccoS Revista Científica, vol. 12, núm. 1, enero-junio, 2010, pp. 119-140
Universidade Nove de Julho
São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=71518577007>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

[redalyc.org](http://www.redalyc.org)

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

RESPONSABILIDADE SOCIAL E UNIVERSIDADE: UMA AÇÃO NECESSÁRIA

Ligia de Carvalho Abões Vercelli

Doutoranda e Mestre em
Educação PPGE-Uninove;
Professora de Psicologia
da Educação do curso de
Pedagogia – Uninove.
São Paulo – SP [Brasil]
ligia@uninove.br

Nos últimos anos o tema da Responsabilidade Social assumiu lugar de destaque na formação profissional oferecida pelas universidades, pois elas têm um compromisso ético em relação aos problemas sociais existentes na nossa sociedade. Na universidade prioriza-se a pesquisa e o ensino, isto é, a educação formal, e pouco valor é dado à extensão, porém, entendemos que é por meio dos projetos extensionistas, via educação não formal, que a comunidade, onde ela está inserida, saberá para quê e para quem a universidade está a serviço. Assim, envolver o corpo docente e discente em projetos sociais tornou-se pré-requisito na construção de competências profissionais sólidas para entender os problemas apresentados pelo contexto brasileiro. Dessa forma, busca-se, por meio desse artigo, refletir sobre a temática Responsabilidade Social na universidade por meio de projetos extensionistas. Para isso, partimos da origem da Responsabilidade Social Empresarial e Universitária, conceituamos o termo RS sob a ótica de diferentes autores para depois estabelecermos a relação Responsabilidade Social e universidade.

PALAVRAS-CHAVE: Educação não formal. Projetos sociais. Responsabilidade social. Terceiro setor. Universidades.

1 Introdução

As alterações ocorridas em nossa sociedade, especialmente aquelas desencadeadas pelo avanço tecnológico e pela ruptura das fronteiras do mercado nacional, trouxeram mudanças no mundo do trabalho. Por esse motivo, a sociedade civil está engajada em buscar soluções para as questões sociais e, por isso, discute a relevância da Responsabilidade Social por meio de projetos sociais, principalmente no que se refere à participação das empresas para que possam colaborar com a sociedade nos setores de maior carência a fim de sanar e/ou minimizar os problemas existentes colaborando com o bem-estar social. Em razão disso, as empresas a cada dia, têm incorporado, na gestão dos seus negócios, projetos sociais que buscam beneficiar a comunidade como um todo.

Além de gerar empregos, criar produtos e oferecer benefícios aos trabalhadores e à sociedade, as empresas também são responsáveis em apontar sua utilidade social e as contribuições que podem oferecer à sociedade.

Segundo Lima (1980) elas se apoiam em um tripé de realidades. A primeira é a realidade econômica, pois ela produz ou presta serviços que visam ao lucro. Essa produção ou prestação de serviços está voltada para o bem-estar da população, e, nesse sentido, fala-se da realidade humana. A terceira realidade é a social, pois as empresas funcionam por meio de atos humanos que se realizam de acordo com a vontade e a iniciativa dos trabalhadores.

Além dessas responsabilidades, as empresas devem preocupar-se com o padrão dos serviços prestados e com os efeitos que acarretam para o bem-estar da comunidade. Nesse sentido, elas têm uma Responsabilidade Social, “[...] primeiro, porque sua existência é justificada pelos benefícios que presta à comunidade; segundo, porque suas atividades têm impacto sobre terceiros e sobre a comunidade da qual aufere recursos materiais e humanos indispensáveis à sua existência e ao seu funcionamento” (DIAS; DUARTE, 1986, p. 30).

No cenário educacional, as instituições de ensino superior, sejam elas privadas ou públicas, têm realizado uma análise crítica da realidade social e, com isso, desenvolvido projetos extensionistas que vem ao encontro das necessidades da comunidade na qual está inserida. Assim, a universidade cumpre um de seus papéis que é contribuir na construção de novas bases societárias.

No Plano Nacional de Extensão Universitária (2000-2001) a extensão universitária é definida como:

[...] o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social. (p. 6).

Entendemos que a extensão universitária tem sentido, à medida que colabora com a sociedade, pois é por meio dos projetos extensionistas que a comunidade onde está inserida, saberá para quê e para quem a universidade está a serviço.

Isso significa que as instituições de ensino superior devem estar engajadas para agirem criticamente no que se refere a situações cruciais que a população enfrenta, tais como desenvolvimento econômico, discriminações de todo tipo, péssima qualidade dos serviços públicos, principalmente nas áreas da educação e da saúde. Nesse sentido, Responsabilidade Social deve ter caráter progressista e transformador visando a construção de uma sociedade mais justa onde as pessoas vivam com dignidade.

A sociedade deve aprender com o que é gerado e cultivado nas universidades e vice-versa. Nessa dinâmica, estabelece-se uma Responsabilidade Social e, a partir disso, são desenvolvidos projetos que estimulam a participação de todos os envolvidos. Nesse sentido, Gurgel (1986, p. 170) afirma:

[...] a extensão universitária em uma dimensão de mudança social na direção de uma sociedade mais justa e igualitária tem obrigatoriamente de ter uma função de comunicação da universidade com seu meio, possibilitando, assim, a sua realimentação face à problemática da sociedade, propiciando uma reflexão crítica e uma revisão permanente de suas funções de ensino e pesquisa. Deve representar, igualmente, um serviço às populações, com as quais os segmentos mais conscientes da universidade estabelecem uma relação de troca ou confronto de saberes.

Atualmente a extensão é uma exigência do processo formativo, portanto tem de estar presente no exercício pedagógico do trabalho universitário. Toda instituição de ensino superior tem de desenvolver projetos de extensão, pois é por meio deles que o jovem constrói uma nova consciência social.

Para Severino (2002, p. 173), as universidades devem “Pensar um novo modelo de sociedade, pautado nos três eixos das práticas humanas: do fazer, do poder e do saber, ou seja, levando a participação formativa dos universitários no mundo da produção, no mundo da política e no mundo da cultura.

2 O surgimento da Responsabilidade Social

O termo “Responsabilidade Social” apareceu escrito pela primeira vez em um manifesto subscrito por 120 industriais ingleses. Esse documento definia que a “[...] responsabilidade dos que dirigem a indústria é manter um equilíbrio justo entre os vários interesses dos públicos, dos consumidores, dos funcionários, dos acionistas. Além disso, a maior contribuição possível ao bem estar da nação como um todo” (ROBINSON apud DIAS; DUARTE, 1986, p. 41).

Porém, apenas no início do século XX, com os americanos Charles Eliot (1906), Hakley (1907) e John Clark (1916) e, em 1923, com o inglês Oliver Sheldon que as primeiras manifestações dessa ideia tomaram forma. Eles defendiam, além do lucro dos acionistas, a inclusão da questão social entre as preocupações das empresas, porém seus cuidados não foram aceitos na época.

Os questionamentos, estudos e debates sobre Responsabilidade Social iniciaram com o lançamento do livro *Responsibilities of the businessman*, de Howard Bowen, nos Estados Unidos, em 1953, porém, o termo tornou-se popular e foi aceito nesse país apenas no início da década de 1960, pois os acontecimentos e as transformações sociais da época deram ênfase aos problemas socioeconômicos. O termo ganhou amplitude na década de 1970 e, nos anos 1980, foi associado à ética empresarial e com a qualidade de vida no trabalho.

Na Europa Ocidental, as ideias sobre Responsabilidade Social ganharam força no final da década de 1960 com artigos de revistas e notícias de jornais vindos dos Estados Unidos e, na década de 1970, difundiram-se por toda Europa tanto nos meios empresariais quanto nos meios acadêmicos. Na metade da década de 1960, na Alemanha, cerca de 200 das maiores empresas passaram a integrar os balanços financeiros aos objetivos sociais. Essa mudança de comportamento empresarial apontou para a aceitação do tema Responsabilidade Social, mas o assunto só foi formalizado na França por ser

o primeiro país a “[...] obrigar as empresas a fazerem balanços periódicos de seu desempenho social no tocante à mão de obra e às condições de trabalho”. (DIAS; DUARTE, 1986, p. 46).

As ideias de Responsabilidade Social chegaram a vários países do chamado “capitalismo periférico”, ainda na década de 1970, mas, em razão da conjuntura política vivida na época, quando prevalecia a recessão, a ação foi prejudicada. No início da década de 1980, percebia-se um campo favorável à discussão e difusão das ideias de Responsabilidade Social nos países em via de democratização política, com aumento das pressões sobre as organizações em busca de alteração no aspecto econômico.

Atualmente, a noção de Responsabilidade Social, constitui num vasto campo de estudo, cada vez mais amplo e estruturado. Muitas empresas já incluem em seus relatórios informações sobre seu desempenho social.

No Brasil, a preocupação com a Responsabilidade Social surgiu nos anos 1980, após o regime da ditadura militar e o início do processo de redemocratização. Nesse novo contexto, o conceito de cidadania e de participação da sociedade no processo de reconstrução da nação tomou fôlego.

De acordo com o Instituto Ethos, foi nos anos de 1990 que o termo Responsabilidade Social começou a ser valorizado no Brasil, quando ações realizadas por Organizações Não Governamentais (ONGs), institutos de pesquisa e empresas sensibilizadas pelas questões sociais começaram a agir em diferentes projetos sociais. Para o Instituto Ethos, as carências e desigualdades sociais existentes no Brasil, exigem das empresas Responsabilidade Social mais eficiente no sentido de serem agentes de uma nova cultura, atores da mudança social e construtores de uma sociedade mais justa.

Assim, em 1995, foi criado o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife), primeira entidade a se preocupar com a filantropia, cidadania e responsabilidade empresarial, e com ele o termo “cidadania empresarial” que se refere às atividades que as empresas realizam em prol da sociedade.

Porém Gonçalves (2000) salienta que existe no Brasil certo amadorismo na ação social das empresas. Apesar de existirem grandes projetos em instituições que gerenciam grandes ações, poucos dirigentes empresariais, acompanham e controlam os resultados de seus investimentos. A autora aponta que “[...] esse é um erro do setor público que o setor privado pode estar reproduzindo à sobreposição e fragmentação das ações que acarretam desperdícios de recursos e consequentemente redução na eficiência e eficácia das ações.”

Nas instituições de ensino superior, a Responsabilidade Social ocorre por meio da extensão. Apesar de a extensão ter-se consolidado no Brasil a partir dos anos 1980, desde o início do século XX ela está presente nas universidades, porém com caráter meramente assistencialista.

Segundo Gurgel (1986), a extensão universitária no nosso país é entendida sob a ótica de duas correntes. A primeira refere-se às universidades populares europeias do século XIX, que propunham uma aproximação com a população e contavam com a iniciativa dos intelectuais. A segunda, das universidades americanas, se pautava na prestação de serviços e era incentivada por instituições oficiais. O autor salienta que a extensão na história das universidades brasileiras ocorreu em três períodos.

O primeiro, pautado na vertente americana, que se estendeu de 1912 a 1930, foi considerado o período das experiências pioneiras, realizadas em São Paulo e, em Minas Gerais, na cidade de Viçosa. Nesse período surgiram as primeiras ideias de cursos de extensão e de prestação de serviços.

O segundo período, pautado na corrente das universidades europeias, que aconteceu de 1930 a 1968, e a extensão é vista como política, pois o que a caracteriza são as ideias e ações dos movimentos estudantis.

O terceiro período, que se estendeu de 1969 a 1976, foi entendido como a época de maior institucionalização de extensão universitária, pois ela foi consolidada pela Reforma Universitária por meio da Lei nº 5540. Segundo Gurgel (1986, p. 172), esse avanço foi uma estratégia do Estado para enfatizar

sua missão educativa e desarticular os movimentos sociais, “[...] descaracterizando suas propostas, despolitizando-as e incorporando-as aos instrumentos legais e planos surgidos após 1968.”

Segundo o Plano Nacional de Extensão Universitária (2000-2001), foi no final da década de 1980 que o compromisso social das universidades públicas brasileiras passou a ser questionado e reelaborado. “Do assistencialismo passou-se ao questionamento das ações desenvolvidas pela extensão; de função inerente à Universidade, a Extensão começou a ser percebida como um processo que articula o ensino e a pesquisa, que organiza, assessorando, os movimentos sociais que estavam surgindo”. (p. 3).

Nesse período, iniciaram-se, no âmbito acadêmico, político e social, discussões referentes à “Universidade Cidadã” e a necessidade de fornecer aos alunos uma formação integral. Ocorre, assim, uma parceria entre o poder público, a universidade, a comunidade e as empresas a fim de proporcionar uma aproximação das universidades com as comunidades carentes do Estado de São Paulo.

3 Conceituando Responsabilidade Social

Antes de conceituarmos Responsabilidade Social, sob a ótica de diferentes autores, é necessário esclarecer qual o significado dos termos “responsabilidade” e “social” separadamente. De acordo com o *Dicionário brasileiro da língua portuguesa*, de Fernandes e Guimarães (2000) a palavra responsabilidade significa “qualidade ou condição de responsável” ou “obrigação de responder por certos atos próprios ou de outrem”. A palavra social significa “relativo ou pertencente à sociedade, que convém à sociedade”.

Portanto, se juntarmos as definições das duas palavras, entenderemos que Responsabilidade Social é uma ação responsável para conosco, para com os outros e para com a sociedade. Em termos empresariais podemos entender

que é uma ação da empresa em benefício dela própria, para com seus funcionários e para com a comunidade na qual está inserida.

O termo Responsabilidade Social é polêmico quanto a sua conceituação. Alguns entendem que Responsabilidade Social é incorporar valores éticos nas decisões dos negócios, cumprir as leis, além de respeitar as pessoas, a comunidade e o meio ambiente. Outros, entendem que Responsabilidade Social é participar da reorganização do espaço público e contribuir para a melhoria de vida das pessoas, implementando ações educativas e dando respostas às carências da sociedade. Há, ainda, aqueles que entendem que Responsabilidade Social vai além do cumprimento das obrigações legais.

Pesquisas realizadas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) apontam que as empresas estão preocupadas em realizar projetos sociais, porém com intuito meramente filantrópico. Essas ações devem ter seu reconhecimento, porém, Responsabilidade Social é um conceito muito mais amplo.

Segundo Oliveira Neto (2000), para que uma empresa seja socialmente responsável, é necessário reavaliar seus valores, sua postura ética, seu relacionamento com funcionários, fornecedores, clientes, consumidores, acionistas, comunidade, poder público e com o meio ambiente.

Para consultores da empresa Focus Social, Responsabilidade Social é a demonstração da empresa em participar, de forma ativa, dos projetos sociais voltados para o bem-estar onde está inserida e para a comunidade em geral.

O Instituto Ethos (2004) define a RS como sendo:

[...] a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para gerações futuras, respeitando a diversidade e a redução das desigualdades sociais.

Rico (2004, p. 73) salienta que muitos institutos, fundações e associações entendem Responsabilidade Social como:

[...] uma forma de conduzir as ações organizacionais pautada em valores éticos que visem integrar todos os protagonistas de suas relações: clientes, fornecedores, consumidores, comunidade local, governo (público externo) e direção, gerência e funcionários (público interno), ou seja, todos aqueles que são diretamente ou não afetados por suas atividades, contribuindo para a construção de uma sociedade que promova a igualdade de oportunidades e a inclusão social no país.

De acordo com Ashley (2002), Responsabilidade Social é definida como um compromisso que as empresas devem ter com a sociedade e sua visibilidade se dá pelos atos e atitudes que impactam de forma positiva. Assim, as empresas passam a assumir, além das obrigações estabelecidas por lei, obrigações de ordem moral a fim de contribuir para o desenvolvimento sustentável. Dessa forma, Responsabilidade Social é entendida como qualquer ação que promova a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Portanto, não podemos confundir Responsabilidade Social com obrigação social. A obrigação social refere-se a obrigações que as empresas têm de assumir, tais como vale-transporte, vale-refeição, creche para os filhos de funcionários, convênio médico. Nesse sentido, Oliveira apud Corrêa (1997, p. 42) esclarece que:

A responsabilidade social é a capacidade de a empresa colaborar com a sociedade, considerando seus valores, normas e expectativas para o alcance de seus objetivos. No entanto, o simples cumprimento das obrigações legais, previamente determinadas pela sociedade, não será considerado como comportamento socialmente

responsável, mas como obrigação contratual óbvia, aqui também denominada obrigação social.

Vimos que os autores citados são unânimes em afirmar que a Responsabilidade Social está intimamente ligada ao compromisso social que a empresa tem para com a comunidade. Assim, para que a empresa tenha visibilidade, reconhecimento institucional, comunitário e social deve desenvolver projetos sociais que contribuam diretamente para a melhoria da vida comunitária, provocando impactos positivos na comunidade.

4 Responsabilidade Social e universidade

Embora universidade tenha estrutura igual a de outras empresas, sua missão está voltada à educação integral dos alunos que nela estudam, principalmente no que se refere à formação para a cidadania. O conhecimento é elemento fundamental na construção da humanidade, por isso possui relevância e importância na educação, pois é por meio dela que o conhecimento se produz, se reproduz, se conserva, se sistematiza, se organiza, se transmite e se universaliza.

Nesse sentido, a educação fornecida pela universidade não deve ocorrer apenas nos *campus* universitários, mas também fora deles. Assim, um elo é formado: a Responsabilidade Social gera compromisso social, que gera sujeitos autônomos capazes de fazer a leitura da realidade e atuarem sobre ela de forma responsável, valorizando a vida e respeitando a dignidade das pessoas.

Portanto, a universidade deve apoiar-se no tripé ensino-pesquisa-extensão. Atualmente valorizam-se o ensino e a pesquisa, porém a universidade tem uma Responsabilidade Social para com a comunidade na qual ela se insere. Por isso perguntamos: De que forma a comunidade pode se beneficiar com as

pesquisas que a universidade produz? Como o ensino transmitido pela universidade pode ser significativo para o aluno?

Entendemos que é por meio dos projetos extensionistas que vem ao encontro das necessidades da comunidade que essas perguntas serão respondidas, pois dessa forma ela poderá mostrar seu valor social. Comunidade e universidade devem ser parceiras nesse processo. Assim, a universidade, além de ser responsável pela educação formal, é também responsável pela educação não formal, via projetos sociais extensionistas.

Projetos sociais são ferramentas de ação que delimitam uma intervenção quanto aos objetivos, metas, formas de atuação, prazos, responsabilidades e avaliação. Por meio deles organizam-se ações para transformar determinada realidade social e/ou alguma instituição visando uma sociedade mais justa e igualitária.

Por que eles se enquadram na educação não formal? Para melhor entendimento faremos uma distinção entre educação formal e não formal. Segundo Gohn (2006), a educação formal é aquela desenvolvida nas instituições escolares regulamentadas por leis e organizadas de acordo com diretrizes nacionais. Possuem conteúdos preestabelecidos ensinados por professores em ambientes que têm normas e padrões de comportamento. Objetiva a transmissão do conhecimento sistematizado e o desenvolvimento de habilidades e competências. Requer local específico e tempo, além de exigir pessoas capacitadas e especializadas, organização curricular, disciplina e atividades sistematizadas. Como resultado, espera-se que ocorra aprendizagem efetiva e que ofereça certificação e titulação para que os indivíduos possam cursar os níveis mais elevados de ensino.

A educação não formal é um processo que envolve seis dimensões: 1- aprendizagem política, que envolve a consciência política dos cidadãos; 2- capacitação para o trabalho desenvolvendo as habilidades e competências necessárias para atuar no mercado; 3- aprendizagem de práticas com objetivo comunitário, isto é, envolve problemas do cotidiano; 4- aprendizagem

de conteúdos desenvolvidos pela educação formal, porém em espaços diferenciados que levam o indivíduo a compreender o que se passa ao seu redor e, com isso, fazer uma leitura do mundo; 5- educação na e pela mídia que pouca atenção recebe por parte dos educadores e; 6- educação para arte de bem viver, relacionados à boa alimentação, ao esporte, à saúde de forma geral a fim de evitar e/ou aprender a conviver com o estresse. (GOHN, 2006).

Ainda, segundo a autora, a educação não formal é aquela que se aprende no cotidiano, com os “outros”, pela experiência e em espaços de ação coletivos fora da escola, em locais informais onde há processos de interação e intencionalidade na ação, na participação, na aprendizagem e na transmissão e troca de saberes. A educação não formal abre possibilidades de conhecimento sobre o mundo que rodeia os indivíduos e suas relações sociais. Por intermédio dela, os indivíduos se tornam cidadãos do mundo e vão construindo, por meio da interação, seu processo educativo que surge como resultado dos interesses e necessidades do grupo. Além disso, a educação não formal fortalece o exercício da cidadania, pois está pautada na igualdade e na justiça social. “[...] a transmissão de informação e formação política e sociocultural é uma meta na educação não-formal. Ela prepara os cidadãos, educa o ser humano para a civilidade, em oposição à barbárie, ao egoísmo, individualismo etc.” (GOHN, 2006, p. 30).

A autora complementa ressaltando que a educação não formal atua sobre a subjetividade grupal, formando a cultura política de um grupo. Inclusive desenvolve laços de pertencimento e colabora na construção da identidade grupal fortalecendo a autoestima. Está pautada na solidariedade e em interesses comuns do grupo.

Como resultado, a educação não formal poderá desenvolver processos, tais como consciência de como agir em grupo, construção e reconstrução da ideia de mundo, sentimento de identidade com determinada comunidade, capacita o indivíduo para o mercado de trabalho, além de formá-lo para a vida, resgata a imagem positiva de crianças e jovens e oferece condições para que

lutem por seus direitos, indivíduos aprendem a fazer uma leitura do mundo e adquirirem conhecimento da prática vivida. (GOHN, 2006).

A autora esclarece que educação não formal não substitui a educação formal, mas ajuda a complementá-la por meio de programações específicas unindo comunidade e escola.

Para Gohn (2006, p. 32), tanto a educação formal quanto a educação não-formal visam a formação do cidadão pleno, porém a não formal tem objetivos específicos, tais como

Educação para cidadania; Educação para justiça social; Educação para direitos (humanos, sociais, políticos, culturais, etc.); Educação para liberdade; Educação para igualdade; Educação para democracia; Educação contra discriminação; Educação pelo exercício da cultura, e para a manifestação das diferenças culturais.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep, 2009) aponta diferentes conceitos de educação não formal. São eles:

1. Atividades ou programas organizados fora do sistema regular de ensino, com objetivos educacionais bem definidos.
2. Qualquer atividade educacional organizada e estruturada que não corresponda exatamente à definição de “educação formal”.
3. Processos de formação que acontecem fora do sistema de ensino (das escolas às universidades).
5. Tipo de educação ministrada sem se ater a uma sequência gradual, não leva a graus nem títulos e se realiza fora do sistema de Educação Formal e em forma complementar.
6. Programa sistemático e planejado que ocorre durante um período contínuo e predeterminado de tempo.

A educação não formal pode ocorrer dentro e fora da universidade. Podem-se utilizar os espaços da universidade e atender satisfatoriamente as necessidades da comunidade. Como ilustração, podemos pensar em um projeto de alfabetização de adultos, em que, os alfabetizandos – utilizando o termo de Paulo Freire – possam se dirigir à universidade, e esta, com uma proposta diferenciada, realizar as atividades nos espaços que possui, tais como biblioteca e laboratórios.

Dentro ou fora de seus muros, a universidade, para implementar seus projetos, costuma realizar parcerias com entidades do chamado Terceiro Setor, expressão constantemente utilizada para referir-se às organizações da sociedade civil sem fins lucrativos que, de uma forma geral, abrangem ONGs, entidades filantrópicas e institutos empresariais.

Gohn (2000, p. 60) define o Terceiro Setor como:

[...] um fenômeno complexo, diferenciado e contraditório. Ele tem gerado um tipo de associativismo que atua no nível do poder local e suas organizações se definem com fins públicos sem fins lucrativos. A natureza do terceiro setor foi construída nos últimos anos a partir de transformações no campo das ONGs, dos movimentos sociais e das associações filantrópicas e comunitárias. A origem dessas transformações advém tanto de alterações amplas, ocorridas internacionalmente no mundo da economia e da política, como de fatores ao nível nacional, advindas de alterações no cenário da sociedade civil brasileira, especialmente na organização popular, em mobilizações e participação popular direta, nas décadas de 1970 e 1980, geradoras de inúmeras ações que vieram a se constituir num grande acervo de experiência acumulada. As transformações das ONGs são também resultados das estratégias políticas contidas nas novas políticas sociais dos Estados e governos nacionais nos anos 1990.

Foram as ONGs que, desde os anos 1990, no campo da educação, passaram a atuar em muitos projetos direcionados às crianças e aos jovens em situação de risco, em alfabetização de adultos, em capacitação de profissionais da educação da rede pública, em atividades com idosos.

Para Scheren-Warren (1995, p. 165) ONGs são:

[...] organizações formais, privadas, porém, com fins públicos e sem fins lucrativos, autogovernadas e com participação de parte de seus membros como voluntários, objetivando realizar mediações de caráter educacional, político, assessoria técnica, prestação de serviços e apoio material e logístico para populações-alvos específicas ou para segmentos da sociedade civil, tendo em vista expandir o poder de participação destas com o objetivo último de desencadear transformações sociais ao nível micro (do cotidiano e/ou local) ou ao nível macro (sistêmico e/ou global)

Podemos dizer que as ONGs são organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos, autônomas, com uma estrutura formalizada que atuam, via trabalho informal, com os grupos de indivíduos denominados excluídos ou marginalizados pela sociedade e buscam realizar ações em prol desses indivíduos a fim de combater as injustiças e as desigualdades sociais.

Verificamos que elas realizam atividades de interesse da sociedade, independentemente da participação do Estado. Nesse sentido, Gohn (1997, p. 59) salienta que as ONGs:

Potencializam as forças organizadas da sociedade e criam um novo campo de trabalho: o trabalho social voltado para as populações mais pobres, em especial crianças e mulheres, categorias sociais recortadas pelas já clássicas questões da idade e do gênero, e não mais

por problemas coletivos urbanos ou de aglomerações populares, clientela dos movimentos populares.

Esse associativismo, que permanece desde os anos 1990, resulta de processos de mobilização em prol das necessidades emergentes que respondem aos apelos solicitados por entidades que têm por base motivos humanitários. Ele ocorre por motivação daqueles que participam e independe de laços de pertencimento. (GOHN, 2008).

Segundo Gohn (2003, p. 13) ao falar em participação remete-se a um “[...] olhar ampliado para a História [...]”. Para a autora, o processo de participação da sociedade civil e de como se envolvem nas políticas públicas nos faz entender o processo de democratização da sociedade brasileira, suas lutas de acesso aos direitos sociais e à cidadania. Assim, a participação é “[...] luta por melhores condições de vida e pelos benefícios da civilização [...]” (GOHN, 2003, p. 14).

Entendemos que a luta das ONGs e de outras entidades se encaixa na concepção de participação denominada democrático-radical que, de acordo com Gohn (2003), tem por objetivo fortalecer a sociedade civil em busca de novos caminhos para uma nova realidade social onde a injustiça, a exclusão e a desigualdade não têm vez.

Portanto, a parceria das universidades com as ONGs reverte em projetos que beneficiam as camadas menos favorecidas da sociedade. Torna-se fundamental, à medida que a universidade cumpre com um de seus papéis que é o de formar profissionais éticos e responsáveis pelo bem-estar da população.

5 Considerações finais

O papel da universidade deve ir além do ensino e da pesquisa. A pesquisa é fundamental para gerar conhecimento, mas essas noções devem gerar

conteúdo de ensino e serem disseminados à comunidade por meio de um processo pedagógico e isso será possível por meio da extensão.

Segundo Severino (2002, p. 123)

A extensão tem que ser intrínseca ao exercício pedagógico do trabalho universitário. Não se trata de uma concessão, de um diletantismo, mas de uma exigência do processo formativo. Toda instituição de ensino superior tem que ser extensionista, pois só assim ela estará dando conta da formação integral do jovem universitário, investindo-o pedagogicamente na construção de uma nova consciência social. Deve expressar a gênese de propostas de reconstrução social, buscando e sugerindo caminhos de transformação para a sociedade.

A Responsabilidade Social exercida pela universidade é um processo de construção que deve envolver docentes, discentes e comunidade, ser pautada na solidariedade que denuncia as injustiças sociais. Não se trata apenas de incluir as camadas desfavorecidas da sociedade, mas de levá-las a questionar e a lutar por melhores condições de vida.

Poucas pesquisas indicam de que forma os projetos desenvolvidos pelas universidades, efetivamente, vão ao encontro das necessidades encontradas pela população carente. Entre elas existem os trabalhos desenvolvidos por Almeida (1991), Sanchez (1996), Hunger (1998) e Vanin (2005).

Os resultados apresentados pelas três primeiras autoras apontam que a universidade não cumpre como deveria seu papel em relação à extensão. Vanin (2005, p. 105-106) concluiu que o programa “Universidade na Comunidade”, desenvolvido pela Unicamp “[...] consolida a cada semestre o objetivo a que se propõe. Ou seja, constrói: novos caminhos de interação universidade e escola destinados à criação e recreação de conhecimentos possibilitadores de transformações sociais [...]”

Mesmo assim, não podemos deixar de reconhecer que os primeiros passos foram dados. As universidades têm, a cada dia, junto com o corpo docente, desenvolvido diferentes projetos sociais e buscado parcerias com ONGs para que eles possam se concretizar a fim de contribuir com o bem-estar da população. Dessa forma, a comunidade se beneficia das pesquisas realizadas nas universidades, uma vez que alunos e professores, por meio dos projetos, colocam em prática os resultados obtidos nessas pesquisas.

Para o corpo discente, os conteúdos aprendidos em sala de aula, poderão torna-se mais significativos, pois entendemos que vivenciando e problematizando a realidade, os alunos adquirem experiência, conhecimento e respostas para seus questionamentos que a sala de aula, por si só, não dá conta de responder-lhes. Não basta apenas o ensino por meio da transmissão do conhecimento. O aprendizado só terá sentido e será significativo para o aluno, futuro profissional, caso ele possa experienciar e refletir diante das questões sociais.

Assim, Siveres (2005, p. 46) aponta que é importante que as instituições de ensino superior

[...] possam desencadear uma percepção crítica da realidade e, de forma criativa, contribuir com esta como uma opção institucional. Isso exige um espaço de liberdade, que elimina toda forma de coerção, bem como de autonomia para responder, a partir da sua especificidade, aos desejos e necessidades dos sujeitos sociais.

É com essa perspectiva que acreditamos na extensão universitária, pois, nesses moldes, poderá formar cidadãos capazes de fazer leitura da realidade, de (re)construir a cidadania das camadas populares e buscar a transformação social em busca de uma vida mais digna.

SOCIAL RESPONSIBILITY AND UNIVERSITY: A NECESSARY ACTION

In recent years the subject of the Social Responsibility assumed place of prominence in the professional formation offered by the universities, therefore they ahead have an ethical commitment of the existing social problems in our society. In the university it is prioritized research and education, that is, the formal education, and little value is given to the extension however, we understand that it is by means of the extensionistas projects saw education not-deed of division, that the community where it is inserted will know so that and for who the university is the service. Thus, to involve the faculty and learning in social projects became prerequisite in the construction of solid professional abilities to understand the problems presented for the Brazilian context. Of this form, this article has for objective to reflect on the thematic Social Responsibility in the university by means of extensionistas projects. For this, we break of the origin of the Social Responsibility Entrepreneur and College student, we appraise the term under the optics of different authors stops later establishing the relation Social Responsibility and university.

KEY WORDS: Education not-deed of division. Social projects. Social responsibility. Third sector. University.

Referências

- ALMEIDA, M. Z. C. M. de. *A extensão universitária: uma terceira função*. Dissertação. (Mestrado)- Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 1991.
- ASHLEY, P. A. A responsabilidade social nos negócios: um conceito em construção. In: ASHLEY, P. A. *Ética e responsabilidade social nos negócios*. São Paulo: Saraiva, 2002.
- BRASIL. *Plano Nacional de Extensão Universitária*. Edição atualizada, 2000-2001.

- CORRÊA, S. C. H. *Projetos de responsabilidade social: a nova fronteira do marketing na construção de uma imagem institucional*. 240f. Dissertação. (Mestrado em Administração)- COPPEAD, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.
- DIAS, J. M; DUARTE, G. D. *Responsabilidade social: a empresa hoje*. Rio de Janeiro: LTC, Fundação Assistencial Brahma, 1986.
- _____. Como as empresas podem implantar programas de voluntariado. São Paulo: Instituto Ethos, 2004.
- FERNANDES, F.; LUFT, C. P; GUIMARÃES, M. *Dicionário brasileiro da língua portuguesa*. São Paulo: Globo, 2000.
- GOHN, M. da G. M. *Teorias dos movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 1997.
- _____. *Mídia, terceiro setor e MST: impactos sobre o futuro das cidades e do campo*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- _____. *Conselhos gestores e participação sociopolítica*. São Paulo: Cortez, 2003.
- _____. Educação não formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. *Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ.* Rio de Janeiro, v.14, n. 50, p. 27-38, jan./mar. 2006.
- _____. *Educação não formal e cultura política*. São Paulo: Cortez, 2008.
- GONÇALVES, A. Responsabilidade social empresarial. Disponível em: <WWW.intermanagers.com.br>. Acesso em: dia 13 abr. 2009.
- GURGEL, R. M. *Extensão universitária: comunicação ou domesticação*. São Paulo: Cortez/ Autores Associados/EUFC, 1986.
- HUNGER, D. A. C. F. A universidade sob a ótica da extensão universitária: análise da função extensão universitária no pensamento do professor universitário de educação física. Tese. (Doutorado em Educação Física)-Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 1998.
- INSTITUTO ETHOS. Disponível em: <www.ethos.org.br>. Acesso em: 13 abr. 2009.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep). Disponível em: <www.inep.gov.br>. Acesso em: 6 abr. 2009.

LIMA, E. G. (Org.). *Balanço social da empresa na América Latina*. São Paulo: Pioneira, 1980.

OLIVEIRA NETO, V. Responsabilidade social exige ética e coerência. *Revista Philip Morris*, abr. 2000.

RICO, E. M. de. A responsabilidade social empresarial e o estado: uma aliança para o desenvolvimento sustentável. *São Paulo em Perspectiva*, v.18, n. 4, p. 73-82, 2004.

SANCHEZ, L. H. T. de. *A extensão universitária: o histórico da experiência da Unicamp*. Dissertação. (Mestrado em Educação)-Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 1996.

SEVERINO, A. J. Educação e universidade: conhecimento e construção da cidadania. *Interface – Comunic, Saúde, Educ*, v. 6, n.10, p.117-24, fev. 2002.

SIVERES, L. A universidade e o compromisso social: a contribuição da extensão. *Diálogos*. Brasília, DF, Universa, v. 5, p. 44-48, jun. 2005.

SHERER-WARREN, I. *Rede de movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 1995.

VANIN, G. R. *Universidade na comunidade*. Dissertação. (Mestrado em Educação)-Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2005.

<www.focussocial.hpg.com.br>. Acesso em: 4 abr. 2009.

Recebido em 19 jan. 2010 / Aprovado em 21 jun. 2010

Para referenciar este texto

VERCELLI, L. de C. A. Responsabilidade social e universidade: uma ação necessária. *EccoS*, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 119-140, jan./jun. 2010.